

2018

Política de Comunicação de Irregularidades Whistleblowing



Novo Banco dos Açores
Junho de 2018

ÍNDICE

1. Princípios e objetivos	3
2. Conceito de Irregularidade e Reclamação.....	3
3. Canais de Comunicação de Irregularidades	4
4. Quem pode fazer comunicações.....	4
5. Comunicações Obrigatórias	4
6. Boa-fé e Comunicações Anónimas	5
7. Não retaliação	5
8. Competências do Conselho Fiscal	5
9. Proteção de Dados e Confidencialidade.....	7
10. Aprovação pelo Conselho de Administração.....	7
11. Enquadramento Legal e Regulamentar.....	7
12. Esclarecimentos	8
13. Revisão	8

1. Princípios e objetivos

- 1.1. O Novo Banco dos Açores tem entre os seus objetivos o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis (objetivo de "compliance"), bem como das recomendações do Banco Central Europeu, a proteção da reputação do Novo Banco dos Açores e uma eficaz proteção dos seus ativos.
- 1.2. A fim de prosseguir aqueles objetivos, o Novo Banco dos Açores adota medidas visando a prevenção e deteção do risco de fraude e outros riscos operacionais relevantes e institui meios específicos, independentes, autónomos e adequados de receção, tratamento, acompanhamento e arquivo de comunicações de irregularidades que envolvam o Novo Banco dos Açores.
- 1.3. A presente Política, que respeita os princípios emanados pela Política de Comunicação de Irregularidades do Grupo Novo Banco, tem como objetivo estabelecer um conjunto de regras e procedimentos internos para a receção, registo e tratamento de comunicações de irregularidades, em conformidade com as regras e princípios legais, regulamentares e internos aplicáveis.

2. Conceito de Irregularidade e Reclamação

- 2.1. Consideram-se Irregularidades:
 - a) As infrações no seio do Novo Banco dos Açores, nos domínios da contabilidade, dos controlos contabilísticos internos, da auditoria, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro, nos termos da Deliberação nº765/2009 da CNPD;
 - b) As relacionadas com eventuais violações à Lei nº 83/2017, à regulamentação que a concretiza e às políticas e aos procedimentos e controlos internamente definidos em matéria de prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.
- 2.2. Consideram-se Reclamações todas as situações não enquadradas como Irregularidades, nomeadamente as relacionadas com o serviço ao cliente e o atendimento ao público em geral. A comunicação de Reclamações, na ótica do Cliente, deve ser feita através dos canais habituais.

3. Canais de Comunicação de Irregularidades

3.1. A comunicação de Irregularidades é efetuada por escrito e apresentada através dos seguintes canais, à escolha do autor da comunicação:

- a)** Endereçada ao Conselho Fiscal (Rua Hintze Ribeiro, 2 a 8, 9500-049 Ponta Delgada); ou
- b)** Através de Formulário disponível na NBAWeb; ou
- c)** Por e-mail para o endereço: irregularidades@novobancodosacores.pt.

3.2. O Conselho Fiscal é o recetor das comunicações efetuadas através dos canais indicados nas alíneas a) a c) *supra*.

4. Quem pode fazer comunicações

4.1. Podem comunicar Irregularidades quaisquer Colaboradores, mandatários, comissários, pessoas que prestem serviços a título permanente ou ocasional a qualquer entidade do Grupo Novo Banco, ou qualquer outra pessoa.

4.2. As comunicações são dirigidas ao Conselho Fiscal ou ao seu Presidente.

5. Comunicações Obrigatórias

5.1. Os Colaboradores que, por força das funções que exerçam no Novo Banco dos Açores, ou colaboradores do Novo Banco que prestem serviços ao Novo Banco dos Açores, nomeadamente nas áreas de auditoria interna, de gestão de riscos ou de compliance ou o responsável pelo cumprimento do regime legal de prevenção de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, têm o dever de comunicar ao Conselho Fiscal as Irregularidades graves de que tomem conhecimento e que se relacionem com a administração, organização contabilística e fiscalização interna da instituição de crédito ou que correspondam a indícios de infração a deveres previstos no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ou no Regulamento (UE) nº. 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, que sejam suscetíveis de colocar em situação de desequilíbrio financeiro o Novo Banco dos Açores ou uma entidade que integre o Grupo Novo Banco.

5.2. O dever de comunicação abrange, designadamente, as seguintes situações, mesmo que não sejam suscetíveis de colocar o Novo Banco dos Açores ou qualquer entidade do Grupo Novo Banco em situação de desequilíbrio financeiro:

- a)** Risco de violação de normas e limites prudenciais, nomeadamente dos níveis mínimos de adequação de fundos próprios;
- b)** Diminuição anormal dos saldos de depósitos;
- c)** Desvalorização materialmente relevante dos ativos da instituição de crédito ou perdas materialmente relevantes em outros compromissos da instituição de crédito, ainda que sem reconhecimento imediato nas demonstrações financeiras;
- d)** Risco de incapacidade de a instituição de crédito dispor de meios líquidos para cumprir as suas obrigações, à medida que as mesmas se vencem;
- e)** Dificuldades de financiamento para satisfação das respetivas necessidades de disponibilidades líquidas;
- f)** Existência de contingências materialmente relevantes de natureza fiscal ou reputacional, ou resultantes da aplicação de medidas ou sanções por parte de autoridades administrativas ou judiciais, em Portugal ou no estrangeiro.

6. Boa-fé e Comunicações Anónimas

6.1. Todas as comunicações devem ser efetuadas de boa-fé, com indicação dos respetivos fundamentos. A utilização deliberada e sem fundamento dos canais de comunicação disponíveis pode constituir infração de natureza diversa, incluindo disciplinar, civil ou criminal.

6.2. São admitidas comunicações anónimas.

7. Não retaliação

As comunicações efetuadas não podem, por si só, servir de fundamento à instauração pelo Novo Banco dos Açores de qualquer procedimento disciplinar, civil ou criminal relativamente ao autor da participação, exceto se após inquérito se concluir que as mesmas foram deliberada e manifestamente infundadas.

8. Competências do Conselho Fiscal

8.1. Compete ao Conselho Fiscal gerir o sistema de comunicação de Irregularidades, garantindo a confidencialidade das comunicações.

8.2. Após a receção da comunicação:

- a)** O Conselho Fiscal deve analisar a comunicação, avaliando a existência de fundamentos suficientes para uma investigação ou elaborando um relatório fundamentado com a justificação de não adoção de quaisquer medidas;
- b)** Existindo fundamento para uma investigação, o Conselho Fiscal desenvolve as diligências que entender necessárias, designadamente, a obtenção de prova, podendo, para o efeito, solicitar a intervenção de qualquer Direção/Estrutura do Novo Banco dos Açores, do Departamento de Compliance do Novo Banco, do DAI (Departamento de Auditoria e Inspeção) do Novo Banco, de outros departamentos do Novo Banco, ou de terceiros, nos termos da lei;
- c)** No final, o Conselho Fiscal elabora um relatório interno fundamentado com as conclusões e medidas adotadas (incluindo, se for o caso, a participação a autoridades externas competentes).

8.3 O Conselho Fiscal manterá um registo de todas as comunicações de irregularidades abrangidas no âmbito na presente Política. O registo deve conter:

- a)** Número identificativo da comunicação;
- b)** Data de receção;
- c)** Canal através do qual a comunicação foi recebida;
- d)** Descrição sintética da situação comunicada;
- e)** Medidas adotadas em resultado da comunicação;
- f)** Estado do assunto (encerrado ou pendente);
- g)** Identificação do autor da comunicação;
- h)** Identificação do denunciado.

8.4 Em face da investigação que tenha sido efetuada e da avaliação efetuada pelo Conselho Fiscal este emitirá a sua conclusão e decidirá as medidas a adotar.**8.5** O Conselho Fiscal deve elaborar um relatório anual, a apresentar ao Banco de Portugal, com a descrição dos meios de comunicação previstos na presente Política e com a indicação sumária das comunicações recebidas e do respetivo processamento.**8.6** As comunicações e relatórios são obrigatoriamente conservados em papel ou outro suporte duradouro, pelo prazo mínimo de 5 anos.

9. Proteção de Dados e Confidencialidade

- 9.1. Nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, o Novo Banco dos Açores garantirá a proteção dos dados pessoais do autor da comunicação e do suspeito da prática da infração, recolhidos através dos meios de comunicação disponibilizados.
- 9.2. O Novo Banco dos Açores garantirá a confidencialidade sobre a identidade do autor da comunicação, exceto quando seja legalmente obrigado a revelá-la, nomeadamente quando essa informação seja exigida para salvaguarda dos direitos de defesa dos visados pela comunicação, por exemplo, no âmbito das investigações a que a mesma dê lugar ou de processos judiciais subsequentes.
- 9.3. O Novo Banco dos Açores poderá transmitir os dados pessoais recolhidos a (i) entidades de supervisão ou entidades judiciárias, nos casos em que os dados pessoais em causa se mostram relevantes para o cumprimento de dever de comunicação ou tratamento das situações comunicadas, ou (ii) a entidades do Grupo Novo Banco ou a terceiros, para efeitos de investigação da irregularidade comunicada.

10. Aprovação pelo Conselho de Administração

A Política foi aprovada pelo Conselho de Administração após aprovação do Conselho Fiscal por recomendação do Departamento de Compliance do Novo Banco.

11. Enquadramento Legal e Regulamentar

- 11.1. Direito Comunitário: artigo 71º da Diretiva 2013/36/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho e Regulamento (UE) 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho.
- 11.2. Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

11.3. Direito nacional: artigo 116º-AA do Regime Geral das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras (DL n.º 298/92, de 31 de Dezembro) e art. 441º.

11.4 Deliberação da CNPD nº 10903/2017.

12. Esclarecimentos

Para qualquer esclarecimento sobre a presente Política deve ser contactada a Unidade de Regulação Comportamental e Conflitos de Interesses do Departamento de Compliance do Novo Banco, que articulará com o responsável pela Função de Compliance do Novo Banco dos Açores.

13. Revisão

A Política é revista de 2 em 2 anos, podendo, no entanto, se assim for entendido pelo Conselho Fiscal ou pelo Departamento de Compliance do Novo Banco, ser objeto de atualização com uma antecedência menor.



Sede do Novo Banco dos Açores, em Ponta Delgada